

**Veja**

**12/11/1986**

**SUBVERSÃO**

### **A lorota de Leme**

*Quatro meses depois, a polícia admite que o PT não iniciou o tiroteio na greve dos bóias-frias*

Na madrugada de 11 de julho, em Leme, pacata cidade a 176 quilômetros de São Paulo, o bóia-fria Orlando Correia e a empregada doméstica Sibely Aparecida Manoel tombaram mortos num choque entre 190 soldados da PM e 800 trabalhadores da cana-de-açúcar que faziam um piquete grevista numa das praças da cidade. Poucas horas depois, entrou em circulação no país uma versão assustadora: o tiroteio e a pancadaria que se seguiu teriam sido iniciados por um dos ocupantes do Opala chapa MI-9964 — que pertence à liderança do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo. "Nós estamos assistindo à ação de determinados grupos que se opõem, já agora por via armada e por processo violento, a acordos regulares celebrados", afirmou, em Brasília, o ministro da Justiça, Paulo Brossard. "Militantes do PT foram vistos armados no conflito", assegurou o governador Franco Montoro, no mesmo dia.

Na última terça-feira, as autoridades do país estavam caladas e coube a um humilde funcionário de menor escalão, o delegado Adolfo Magalhães Lopes, da Seccional de Piracicaba, anunciar uma evidência que estava clara desde o início. "Os tiros não partiram dos carros do PT", afirmou Lopes. Prudente, o delegado ouviu em quatro meses 260 pessoas que, naquela trágica manhã, puderam assistir ao confronto dos bóias-frias com a Polícia Militar. Nenhuma das testemunhas, entre as quais 92 soldados da PM, afirmou ter visto algum dos ocupantes do automóvel do PT sacar uma arma e disparar em direção ao ônibus que transportava bóias-frias pelo local, dando início ao acidente que, segundo a versão oficial, teria originado o conflito. Ao contrário. Circulam em Leme, embora até a semana passada não tenham sido ouvidas pelo delegado Lopes, trinta pessoas que garantem só ter enxergado soldados da PM sacar suas armas para atirar. "Ouvi um deles dizer: 'Acertei um' ", conta o lavrador José Maurício Galvão Valim, que estava no piquete no início da confusão. "Vi soldados que atiravam para matar", lembra-se o carpinteiro José Gomes da Silva, morador da cidade.

**REAÇÃO DE SILÊNCIO** — Mesmo quatro dias depois que o delegado Lopes divulgara, numa entrevista coletiva, suas conclusões, as autoridades superiores preferiam manter-se em silêncio. Procurado por VEJA, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, encarregou um assessor de imprensa de dizer que não iria manifestar-se porque "não poderia interferir na independência da Justiça". No Planalto, a reação também foi discreta. Pouco depois da tragédia de Leme, o presidente José Sarney dissera ao jornal O Estado de S. Paulo que estava convencido de que o PT optara pela luta armada ao descobrir-se em dificuldade para enfrentar as eleições de 15 de novembro. Na quinta-feira, o jornalista Fernando César Mesquita, porta-voz de Sarney, ficou mudo diante dos jornalistas. Numa conversa, Mesquita adiantou que o Planalto reagira conforme relatórios do Serviço Nacional de Informações, o SNI. Como o SNI atua com a ignorância dos índios e o delírio dos loucos — protegido pelo manto da irresponsabilidade administrativa e criminal —, resulta que se varreu para baixo do tapete a lorota posta a circular no palácio.

Procurado por VEJA na sexta-feira, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, encarregou um subalterno de dizer que não tinha nada a comentar sobre o caso. O delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, reagiu da mesma forma. Cinco dias depois da morte de Sibely e Orlando Correia, Tuma disse que, a partir de informações capturadas por

dois de seus agentes enviados a Leme, já estava convencido de pelo menos uma coisa. "Não posso acusar o PT porque se trata de uma agremiação jurídica", afirmou. "Agora, os elementos ligados ao partido que estavam lá podem ser responsabilizados." Na semana passada, Romeu Tuma não foi encontrado. Ainda não se sabe quem atirou em Leme, mas sabe-se que havia muita gente querendo atirar no PT, sem assumir a responsabilidade dos disparos verbais.

**ARMA ORIENTAL** — Na pista para se descobrir a quem pertencia o revólver de onde partiu a bala que atravessou o tórax de Sibely e a arma de onde saiu o tiro que acertou o coração de Orlando Correia, as investigações caminham mais devagar. Pelo exame de balística, a polícia teria condições de identificar, num método seguro, baseado nas pequenas ranhuras de cada projétil, qual foi a arma que deu o disparo. Recolhidas as armas da PM que estavam de posse dos soldados que agiram em Leme naquele dia, essa investigação foi iniciada há vários meses — mas não tem prazo marcado para terminar. Nessa busca, há testemunhos limitados, como o do carpinteiro José Gomes da Silva, que viu dois soldados atirando na direção em que Sibely corria para escapar da violência — mas se diz incapaz de identificá-los. "Era muito cedo e a luz era pouca", diz Gomes da Silva.

"Na cidade, todo mundo sempre soube que essa história não passava de uma farsa destinada a encobrir a violência da PM", afirma o metروiário Paulo Azevedo, candidato a vice-governador de São Paulo pelo PT, que estava em Leme no momento do conflito. Perseguido por um grupo de policiais, um deles armado com chaco — arma de lutas marciais orientais composta de duas barras de madeira ligadas por uma corrente—, Paulo Azevedo foi espancado. Ficou com oito hematomas com as dimensões de uma laranja nas pernas, na virilha e nos braços. Os golpes também abriram uma ferida em sua cabeça e, meses mais tarde, Azevedo teve de ser operado de um caroço que apareceu na base de sua coluna vertebral. "Estávamos lá para cumprir nosso papel, que é o de ajudar os trabalhadores", afirma Azevedo. "Apanhei de cassetetes no braço e nas costas", afirma o deputado José Genoíno Neto. "Houve um coro nacional para manter a versão de uma farsa, um massacre contra o partido", diz Genoíno.

**SITUAÇÕES OPOSTAS** — Na Praça Bonsucesso, em Leme, em cujas cercanias morreram Sibely e Orlando Correia e de onde partiram vinte pessoas para serem socorridas no hospital, duas histórias se cruzaram. Uma, tão dolorosa como banal, era uma greve de 12 000 bóias-frias da região, de braços cruzados para conseguir a aplicação de um acordo celebrado entre os sindicatos— numa greve em que a própria Justiça do Trabalho classificou como legal. A outra foi a repressão ao movimento — e a operação construída para encobrir seus responsáveis. Durante 28 dias, o advogado Luís Eduardo Greenhalgh, candidato à Constituinte pelo PT, realizou investigações por conta própria na cidade. Descobriu, por exemplo, a confecção de dois boletins de ocorrência para registrar o mesmo fato. Num deles, o de número 1203, feito às 6h30 da manhã, registra-se um conflito em que um ônibus que transportava trabalhadores fora apedrejado por um piquete de grevistas. No outro, de número 1207, em que não consta o horário do registro da queixa, os fatos mudam — e surgem os disparos que teriam partido do Opala do PT. "Isso é prova de má-fé", afirma Greenhalgh. "As autoridades mentiam sabendo que estavam mentindo."

Na jornada de violência de Leme, ocorreu uma situação oposta ao assalto ao Banco do Brasil de Salvador, em que um grupo de membros do PCBR, estagiando em dupla militância no PT, foi pego em flagrante no momento em que tentava avançar sobre os cofres da agência. Naquela ocasião, a polícia cumpriu sua obrigação — e colocou na cadeia um grupo disposto a pegar em armas para cumprir uma finalidade política. Em Leme, o governo viu-se diante de duas mortes numa greve e lançou sobre o país a suspeita de que uma legenda que governa Fortaleza, dispõe de cinco parlamentares no Congresso Nacional e concorre ao governo de vinte Estados do país estava praticando a luta armada. Na semana passada, quando o delegado Adolfo Lopes anunciou que tal suspeita não tinha fundamento, o governo deveria

comemorar a descoberta — que diminui a contabilidade de grupos terroristas em atividade no país.

***(Páginas 46 e 47)***